



**A figura de Francesc de Vinatea no reino de Valência. Da crônica real aos documentos arquivísticos (1331-1332)**

**The figure of Francesc de Vinatea in the kingdom of Valencia. From the royal chronicle to the archival records (1331-1332)**

Vicent BAYDAL SALA<sup>1</sup>

Recebido no dia 13-03-2011

**Resumo:** Francesc de Vinatea foi considerado um herói medieval pela historiografia liberal e ainda hoje ocupa uma importante posição no imaginário coletivo da sociedade valenciana. Tal qualificação provém dos fatos narrados na crônica de Pedro IV de Aragão, que, no entanto, agora sabemos que foram alterados pelo próprio monarca para melhorar sua imagem. Essa manipulação é o que se pretende demonstrar no presente texto, através da confrontação da narrativa cronística com os dados arquivísticos extraídos da documentação da chancelaria real aragonesa.

**Abstract:** Francesc de Vinatea was called a medieval hero by the liberal historiography and he still occupies an important position in the collective imagination of the Valencian society. This consideration comes from the facts narrated in the chronicle of Pedro IV of Aragon, which, however, we now know that were altered by the monarch himself to improve his image. This manipulation is what we intend to reveal in this text, by comparing the narrative of the chronicle with archival data extracted from the Aragonese royal chancery documents.

**Palavras-chave:** Francesc de Vinatea; Coroa de Aragão; Reino de Valência; Século XIV; Crônicas.

**Keywords:** Francesc de Vinatea; Crown of Aragon; Kingdom of Valencia; 14th century; Chronicles.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Medieval pela Universitat Pompeu Fabra e pela Institució Milà i Fontanals do CSIC de Barcelona. Este artigo faz parte das atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa “Monarquía, ciudades y élites financieras en la Cataluña bajomedieval”, HAR2008-04772/HIST, financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação do Governo da Espanha. *E-mail:* [vicentbaydal@gmail.com](mailto:vicentbaydal@gmail.com). *Site:* [www.harca.org](http://www.harca.org). Abreviaturas utilizadas: ACA (Arquivo da Coroa de Aragão), C (Chancelaria), reg. (registro), f. (fólio).

COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 13*  
As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval  
Las relaciones entre Historia y Literatura en el Mundo Antiguo y Medieval  
Relations between History and Literature in Ancient and Medieval World  
Jun-Dez 2011/ISSN 1676-5818

\*\*\*

## I. Introdução

Poderíamos dizer que a figura de Francesc de Vinatea é um equivalente local, no antigo reino de Valência, de outros mitos históricos medievais, como William Wallace na Escócia ou Wilhem Tell na Confederação Helvética. Trata-se de um patricio originário da vila valenciana de Morella que, segundo a crônica de Pedro IV de Aragão (1336-1387), encabeçou uma revolta contra Afonso IV (1327-1336) devido às grandes concessões de patrimônio real que este havia feito ao infante Fernando, filho de sua segunda mulher, Leonor de Castela.

Neste sentido, já para um autor do século XIV, como o teólogo minorita Francesc Eiximenis, e também para a maior parte dos historiadores modernos, Vinatea teria representado a essência do pactismo valenciano, ao defender a liberdade de opor-se ao monarca quando este descumprisse os *Furs de València* ou colocasse em perigo a integridade do reino<sup>2</sup>. Não em vão, esta liberdade era comparada expressamente na narrativa da crônica real com o maior autoritarismo da Coroa castelhana, pois, em face à rebelião dos súditos, teria ocorrido o seguinte diálogo entre o rei Afonso e a rainha Leonor:

– Ah, reina! Açò volíets vós oír?

E ella, tota irada, plorant, dix:

– *Senyor, esto non consentria el rey don Alfonso de Castella, hermano nuestro, que ell no los degollase todos.*

E lo senyor rei respòs:

– Reina, reina, el nostre poble és franc, e no és així subjugat com és lo poble de Castella, car ells tenen a nós com a senyor, e nós a ells com a bons vassalls e companyons.

– Ah, rainha! Isto querieis vós ouvir?

E ela, toda irada, chorando, disse:

– Senhor, isto não consentiria o rei dom Afonso de Castela, nosso irmão, sem que ele não os degolasse todos.

E o senhor rei respondeu:

---

<sup>2</sup> Para a interpretação de Eiximenis, vide: RENEDO, Francesc Xavier. “Francesc de Vinatea, el ciutadà ideal segons el ‘Dotzè del Crestià’ de Francesc Eiximenis”, em F. Sabaté (ed.), *Utopies i alternatives de vida a l’Edat Mitjana*. Lérida: Pagès, 2009, p. 215-252. Sobre a criação da figura de Vinatea como um mito liberal por parte da historiografia tradicional: VICIANO, Pau. “Entre l’erudició històrica i el pamflet polític: La figura de Francesc de Vinatea en la societat valenciana”, *Revista d’Història Medieval*, 4 (1993) p. 263-274. Recentemente, o episódio de Vinatea também foi interpretado como um reconhecimento do “pactismo entre o rei e os estamentos como forma de arbitrar conflitos e de regular a vida política”: FURIÓ, Antoni e GARCIA-OLIVER, Ferran. “Entre la península i el Mediterrani (1305-1408)”, em E. Belenguer (dir.), *Història de la Corona d’Aragó*. Barcelona: Edicions 62, 2007, p. 231.

– Rainha, rainha, nosso povo é franco, e não está subjugado como o povo de Castela, pois eles têm a nós como senhor, e nós a eles como bons vassalos e companheiros.

A importância simbólica outorgada a esse trecho foi evidenciada em 1993 com a ereção de uma estátua a Francesc de Vinatea na praça em frente à prefeitura de Valência. E, em seu pedestal, foram inscritos os dados que podem ser deduzidos do citado relato cronístico: “Jurado da cidade, impediu em 1333 a Afonso II [de Valência] o contraforo que dividia o reino de Valência a favor do infante Fernando, filho de Leonor de Castela”. No entanto, a crônica real não diz toda a verdade, já que Pedro IV alterou o relato dos acontecimentos para maquiagem uma das suas ações posteriores e legar à posteridade uma imagem melhorada de sua figura.

Contudo, esta manipulação dos fatos não era conhecida até o momento e é precisamente o que trataremos de demonstrar por meio do presente artigo. Por este motivo, analisaremos todos aqueles acontecimentos com detenção, tentando reconstruí-los a partir de sua origem remota. De fato, as diferenças essenciais entre o que expõe a crônica e o que indicam os documentos são tão importantes que preferimos tratar ambos os relatos separadamente. Assim, em primeiro lugar, resumiremos a versão oferecida pelos cronistas e pelos eruditos posteriores, e, em seguida, passaremos a mostrar a ordem e o teor dos fatos de acordo com o que se pode inferir dos dados extraídos de determinadas séries da chancelaria real aragonesa. Desta forma, destacaremos a intensa relação entre a construção historiográfica do passado e as fontes literárias medievais.

## II. Os fatos de acordo com os cronistas e eruditos

As três principais fontes antigas do episódio de Vinatea são, por um lado, a própria crônica de Pedro IV e a obra *Lo Crestià* de Francesc Eiximenis, escritas por volta da década de 1370, e, por outro lado, os *Anales de la Corona de Aragón* redigidos pelo historiador Jerónimo Zurita já no final do século XVI. Contudo, o relato de Eiximenis se limita a recriar literariamente o momento exato de confrontação com os monarcas, de maneira que toda possibilidade de contextualização histórica fica reduzida à narrativa cronística e às interpretações posteriores do próprio Zurita. Na crônica real, a extensa narrativa dos acontecimentos ocupa dez capítulos, começando com o

nascimento do infante Fernando em dezembro de 1329<sup>3</sup>. Segundo este relato, logo após o nascimento de seu filho, Leonor, com o conselho de sua ama Sancha de Velasco e de outros nobres que a protegiam, conseguiu que Afonso IV, o Benigno, transpassasse imediatamente ao recém-nascido as cidades de Tortosa e Albarracín – na Catalunha e em Aragão, respectivamente –, e as vilas de Orihuela, Alicante, Guardamar, Elda e Novelda – no reino de Valência.

Isso, porém, ia contra os interesses do primogênito e herdeiro de Afonso, o infante Pedro – futuro Pedro IV, redator da crônica –, que era fruto de um casamento anterior com a nobre Teresa d’Entença, já falecida. Em consequência, um dos principais barões da Coroa, Ot de Montcada, negou-se a apoiar aquela concessão, vendo que prejudicava o patrimônio do futuro monarca. Contudo, mais tarde, segundo conta a crônica sem especificar o tempo transcorrido, Afonso o Benigno, “por grande indução da dita rainha”, ainda fazia outra doação perpétua ao infante Fernando: as vilas valencianas de Xàtiva, Alzira, Morvedre, Maella – que Zurita corrigiu por Morella –, Castelló e Borriana. E este teria sido o detonante que fez explodir a revolta, pois, não em vão, alguns dos núcleos afetados receberam os mensageiros reais a pedradas:

Per tots los dits llocs tramès sos missatgers especials induent la gent dels dits llocs que jurassen per senyor llur lo dit infant. E a ço no prengueren paciència los dits llocs ne ho volguerren atorgar ne consentir, ans hi hac alguns llocs qui volguerren llapidar los missatgers.

Enviou seus mensageiros especiais por todos os ditos lugares, induzindo à gente de tais lugares a que jurassem por senhor o dito infante [Fernando]. E esses lugares não o apoiaram nem quiseram outorgá-lo ou consenti-lo, antes houve alguns lugares que até quiseram lapidar os mensageiros.

Em seguida, as vilas pediram ajuda à cidade de Valência, a capital do reino, que lhes aconselhou a não aceder, porque, se o fizessem, “seus privilégios valeriam menos”. Assim, reuniram-se “muitos e diversos conselhos” na cidade, nos quais se acordou aparelhar militarmente a população urbana com o objetivo de responder a qualquer agressão do rei se este, “por pressão ou por morte”, forçasse a quem não queria consentir a doação. Em concreto, se isso ocorresse, a ação seria imediata e rotunda, pois o Conselho municipal de Valência ordenou que, nesse caso, saísse “toda a gente da cidade” e que 1.000

---

<sup>3</sup> Para todos os acontecimentos e citações que mencionaremos a seguir, vide: SOLDEVILA, Ferran. “Crònica de Pere el Cerimoniós”, *Les quatre grans cròniques*. Barcelona: Selecta, 1971, livro I, capítulos 43-53.

homens fossem aos aposentos dos conselheiros reais e os assassinassem, enquanto o resto se dirigiria ao palácio real para matar todos os presentes, exceto o rei, a rainha e o infante Fernando. Isso acordado, Vinatea ofereceu-se a explicar a decisão ao monarca e, acompanhado pelos governantes da capital, expôs a rejeição geral à nova doação outorgada ao infante e a intenção firme de passar todos os do palácio “a fio de espada” se a decisão fosse mantida. Então, teria ocorrido o citado diálogo entre o rei e a rainha, e, finalmente, ante a ameaça de morte, os conselheiros reais teriam optado por revogar a concessão que, desta maneira, teria sido cancelada.

Portanto, a crônica não situa os acontecimentos em datas concretas. Simplesmente fala de uma primeira doação efetuada ao infante Fernando, ao nascer este no final de dezembro de 1329, e de uma segunda mais tardia, de seis vilas valencianas, que provocou a revolta e foi revogada. Contudo, em seguida o relato volta no tempo e passa a realizar observações sobre as esperanças que se haviam depositado inicialmente no casamento de Afonso o Benigno e Leonor, cujas negociações se produziram ao longo do ano 1328, “pensando que a casa de Castela seria unida com grande amor à casa de Aragão”.

Também é indicado que, logo depois, ao comprovar as intenções de Leonor e Sancha de Velasco a favor dos filhos que tivesse a futura rainha, os protetores do infante Pedro – o primogênito e herdeiro – instaram o rei a fazer uma carta mediante a qual se comprometia a não alienar patrimônio real durante dez anos. E esta carta, conforme sabemos pelos dados fornecidos por Jerónimo Zurita, consistiu em um estatuto jurado a Daroca em agosto de 1328. Portanto, sem motivos aparentes, a narrativa de Pedro IV dá um salto atrás, sem explicar todos aqueles fatos em ordem cronológica. Em consequência, logo volta a mencionar as doações ao infante Fernando para assinalar que acabaram realizando-se apesar do estatuto de não-alienação, e, a seguir, passa a falar das perseguições que a rainha Leonor ordenou contra os defensores dos direitos do infante Pedro:

Après de açò, lo senyor rei, nostre pare, anà-se'n a Tarragona, e la reina punyia a perseguir nostres oficials e tots aquells qui vetllaven en la honor e bé nostre.

Depois disso, o senhor rei, nosso pai, foi a Tarragona, e a rainha incitava a perseguir nossos oficiais e todos aqueles que velavam por nossa honra e nosso bem.

Assim, dois daqueles homens, Miguel Pérez Zapata e García de Lóriz, fugiram de Barcelona quando chegaram o rei e a rainha, pois esta havia iniciado

processos judiciais contra ambos. Da mesma forma, outro dos defensores dos interesses do futuro Pedro IV, Lope de Conclud, também foi perseguido e não conseguiu escapar, sendo detido quando os monarcas chegaram a Teruel. Foi trasladado com eles ao reino de Valência, onde foi condenado à morte e justificado. Posteriormente, o próprio rei voltou a enviar comissários contra Miguel Pérez Zapata e García de Lóriz, ao mesmo tempo em que tentou apartar o infante Pedro da proteção do nobre aragonês Miguel Pérez de Gurrea. No entanto, esta atuação foi rejeitada pelos três, pois, segundo informava outro nobre protetor de Pedro, a intenção era levá-lo juntamente com seu irmão, o infante Jaime, à corte real, onde a rainha Leonor os “envenenaria” – de forma que o único herdeiro fosse o infante Fernando.

Dada a situação, foram todos juntos primeiro à vila aragonesa de Ejea e, mais tarde, em direção às montanhas de Jaca com intenção de passar à França caso Afonso o Benigno tentasse segui-los; porém, finalmente, também sem causas aparentes, o rei cessou sua perseguição. Por fim, depois de permanecer durante um longo tempo em Valência, o monarca assistiu a um concílio eclesiástico que seu irmão João, arcebispo de Tarragona, havia convocado nesta mesma cidade. Neste momento, segundo a crônica, o rei repentinamente ordenou a Sancha de Velasco que “voltasse a Castela”. Assim, esta abandonou a Coroa aos gritos de “fora, fora de Aragão a velha malvada”, e concluíram as turbacões que haviam envolvido a rainha e o nascimento do infante Fernando: “uma vez fora do reino esta mulher, a corte permaneceu em repouso”.

Em suma, portanto, as incongruências que mostra o texto são notáveis: por um lado, não explica os acontecimentos de forma diacrônica, como é habitual no resto de passagens, e, por outro lado, apresenta muitas ações repentinas sem dar-lhes nenhum tipo de explicação. Não obstante, o historiador quinhentista Jerónimo Zurita tentou ordenar os fatos combinando o conjunto desses dados cronísticos com outros arquivísticos que tinha a seu alcance. Assim, ele interpretou que, em primeiro lugar, o rei assinou o estatuto de Daroca no verão de 1328, mas, apesar disso, realizou uma primeira grande doação ao infante Fernando, ao nascer este em dezembro de 1329.

Posteriormente, em torno ao momento em que ocorreu uma guerra contra os genoveses, entre março e outubro de 1332, o monarca teria tentado fazer uma nova doação a Fernando, neste caso de seis vilas valencianas, mas estas e a cidade de Valência se revoltaram, lideradas por Vinatea, e conseguiram a revogação. Mais tarde, quando os reis percorriam o itinerário Tarragona-Barcelona-Teruel-Valência-Tarragona, teriam ocorrido as perseguições dos protetores do futuro Pedro o Cerimonioso, o justicamento de Conclud, a

tentativa de prender os dois infantes e a expulsão final de Sancha de Velasco, que pôs fim a todos aqueles problemas.<sup>4</sup>

Os poucos historiadores que estudaram a questão posteriormente seguiram ao pé da letra a ordem estabelecida por Zurita e associaram os acontecimentos de Vinatea a uma data próxima a 1332. Em concreto, foram dois os autores que realizaram uma abordagem erudita, Juan Bautista Perales e Salvador Carreres, que contribuíram com os escassos dados sobre a figura de Francesc de Vinatea que se conservam no Arquivo Municipal de Valência. Em primeiro lugar, Perales corrigiu seu nome – “Francesc”, como dizia Eiximenis, em lugar de “Guillem”, como aparecia na crônica – e datou os fatos a partir de maio de 1333, o momento em que aquele foi nomeado jurado da cidade, segundo consta no livro municipal correspondente.<sup>5</sup>

Contudo, ao celebrar o suposto sexto centenário do episódio, Salvador Carreres propôs avançar a datação dos acontecimentos atendo-se ao itinerário real, que já havia sido publicado. Desta maneira, segundo sua interpretação, o episódio teria ocorrido – sendo Vinatea conselheiro municipal, mas não jurado – entre 8 de junho de 1332 e 14 de janeiro de 1333, um período em que o monarca residiu ininterruptamente na cidade durante sete meses e uma semana.<sup>6</sup>

No entanto, conforme trataremos de explicar a seguir, estas datações não parecem as mais prováveis, já que, de fato, a crônica de Pedro IV alterou o conteúdo e a ordem dos acontecimentos, provavelmente de forma deliberada, com tal de favorecer seus próprios interesses.

---

<sup>4</sup> ZURITA, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragón*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 1967-1977, livro VII, capítulos 5 e 17.

<sup>5</sup> PERALES, Juan Bautista. *Décadas de la historia de la insigne y coronada ciudad y reino de Valencia*. Valência: Terraza, Aliena y compañía, 1878-1880, vol. 3, p. 178-182.

<sup>6</sup> CARRERES, Salvador. *Vinatea. Conferència pronunciada pel senyor Salvador Carreres Zacarés el dia 8 d'octubre del 1933 al Saló d'Actes de l'Ajuntament de València*. Valência: Acció, 1936. Por outro lado, um autor posterior centrou-se na figura de Vinatea, compilando dados para uma biografia que ficou inédita e da qual publicou várias anotações: MILIÁN, Manuel. “Francesc de Vinatea, l'heroi defensor dels furs del reialme de València”, *Boletín de amigos de Morella y su comarca*, 5 (1979-1982), p. 70-73. Mais tarde, as informações desse artigo – que não variam as interpretações tradicionais sobre a revolta – foram recolhidas na obra de: FERRANDIS, Mariví e MORENO, Juli. *Francesc de Vinatea*. Valência: Ajuntament de València, 1993.



### III. Os fatos de acordo com os documentos da chancelaria real

Com o objetivo de tentar situar cronologicamente o episódio de Vinatea, tivemos de centrar-nos no estudo dos documentos da chancelaria real, já que o manual de conselhos de Valência correspondente precisamente às datas em que os fatos provavelmente ocorreram está desaparecido.<sup>7</sup> Neste sentido, cingindo-nos aos acontecimentos narrados pela crônica de Pedro IV de Aragão, temos duas datas extremas: a de dezembro de 1329, relativa à doação de Tortosa, Albarracín e as vilas d'Orihuela, Alicante, Guardamar, Elda e Novelda ao infante Fernando<sup>8</sup>, e a de março de 1332, quando está documentada a expulsão da ama da rainha Leonor, Sancha de Velasco.<sup>9</sup>

Portanto, de saída, isso invalida as propostas de datação de Juan Bautista Perales i Salvador Carreres, centradas entre a segunda metade de 1332 e a primera de 1333. Por outro lado, se seguimos a data que parece indicar Zurita para o episódio de Vinatea, o mesmo ano de 1332, seria praticamente impossível que todos os feitos explicados posteriormente sobre as inquisições iniciadas pela rainha até a mencionada expulsão de Sancha de Velasco ocorressem em um espaço de tempo tão curto – até o mês de março – e em um trajeto tão amplo, de mais de mil quilômetros – de Tarragona a Barcelona, de Barcelona a Teruel, de Teruel a Valência, e de Valência a Tarragona.

Portanto, alguma coisa falha nos relatos da crônica e de Zurita, mas o que é exatamente? A primeira resposta a esta pergunta é clara: a doação que originariamente abriu o conflito não foi a realizada ao infante Fernando em dezembro de 1329, mas sim à própria rainha Leonor no momento de seu casamento, em caráter de dote e arras, em fevereiro daquele mesmo ano. E esta, além de Huesca, Calatayud, Montblanc e Tàrrega, já incluía as cinco vilas valencianas de Morella, Xàtiva, Morvedre, Alzira e Castelló de la Plana, que foram as que, com Valência, protagonizaram o motim dirigido por Francesc

---

<sup>7</sup> Conservam-se de forma ininterrupta os manuais de 1306 a 1330 e de 1332 a 1352, mas falta o daqueles dois anos (de junho de 1330 a junho de 1332), que deveria conter os acordos estabelecidos no Conselho relativos ao assassinato dos homens do rei em caso de que este quisesse obrigar a consentir as doações realizadas ao infante Fernando. Assim, a partir dos dados obtidos através do exame exaustivo dos registros *In favorem regine Elionoris e Pro infantibus*, decidimos consultar as demais séries principais para os meses de dezembro de 1331 e janeiro de 1332: *Curie, Comune, Graciarum, Sigilli secreti, Secretorum, Solucionum, Cartes reials e Pergamins reials*.

<sup>8</sup> ACA, C, reg. 480, f. 13r-16r (28-XII-1329).

<sup>9</sup> ACA, C, *Cartes reials*, Afonso o Benigno, núm. 1874 (29-III-1332), registado por MOXÓ, Francisco de. “La relación epistolar entre Alfonso XI y Alfonso IV en el Archivo de la Corona de Aragón”, *En la España medieval*, 3 (1982), p. 173-196, doc. 83.

de Vinatea.<sup>10</sup> Portanto, a crônica altera os fatos, já que não apenas esconde esta doação inicial feita à rainha, mas também a atribui ao seu filho em um momento posterior. Contudo, graças aos fatos narrados em um processo judicial conduzido posteriormente contra a própria Leonor de Castela, também podemos saber que a revolta não aconteceu de forma imediata, em 1329, mas sim que, inicialmente, os dirigentes das vilas afetadas negaram-se a consentir a doação, até que finalmente foram obrigados a acatar a decisão real.

Neste sentido, os depoimentos prestados pelas testemunhas das vilas de Morella, Xàtiva, Morvedre, Alzira e Castelló de la Plana relatam que, primeiramente, ao saber das doações, solicitaram uma audiência ao rei, mas este não a concedeu, ao mesmo tempo em que a rainha manifestava seu total menosprezo pela resistência que as mesmas ofereciam:

No havie més furs ni privilegis en la terra, sinó quan ere la volentat del rey, e als qui la contrastaven, que'ls tolguéssen lo cap e'ls posàssen en una forca.<sup>11</sup>

Não havia mais foros nem privilégios na terra além da vontade do rei, e os que a contrastavam, que lhes cortassem a cabeça e os pusessem em uma forca.

A seguir, as vilas pediram que, pelo menos, lhes fossem dados conselheiros, incluídos os governantes de Valência, mas a resposta de Afonso o Benigno foi rotunda: que não se reunissem nem falassem com eles “sob pena de perder a cabeça”. E, igualmente, também os dirigentes da capital foram ameaçados: se decidissem dar conselho ou realizar qualquer ação relacionada a aqueles assuntos, apareceriam “pendurados pela manhã” nos portais de suas casas.

Contudo, os núcleos em questão continuaram negando-se a enviar síndicos para que estes jurassem à rainha como nova senhora, de maneira que as admoestações do monarca continuaram *in crescendo*, até que este chegou a atacar alguns lugares pessoalmente:

El dit senyor rey, armat de son cos, de nit, ab moltes companyes de cavall armades, modo hostili, fort mogut e ençes de gran ira, e per grans induccions feytes per part de la dita senyora reyna, cavalgà e anà contra alcunes de les dites viles fort menaçant, car tardaven de consentir e de trametre los síndichs.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> ACA, C, reg. 549, f. 6v-9r (1-II-1329); reg. 478, f. 239v-241r (25-IV-1329). Neste sentido, outro erro da crônica é confundir a antiga “Castelló de Borriana”, isto é, a atual Castelló de la Plana, com duas vilas diferentes – Castelló e Borriana. Zurita, que acertadamente havia corrigido Maella por Morella, seguiu a crônica neste caso.

<sup>11</sup> ACA, C, *Varia*, Legislação, Caixa 6, núm. 9, f. 61v (2-I-1337).

<sup>12</sup> *Ibid.*, f. 62r (2-I-1337).

O dito senhor rei, armado em pessoa, à noite, com muitas companhias a cavalo armadas, de forma hostil, muito agitado e inflamado com grande ira, e por grandes induções feitas por parte da dita senhora rainha, cavalgou e foi contra algumas das mencionadas vilas ameaçando-as poderosamente, uma vez que estavam demorando a consentir e enviar os síndicos.

Apesar da intervenção de muitas “boas pessoas” que tentaram contê-lo, o rei ameaçou até mesmo queimar as vilas se estas não admitissem o senhorio da rainha. Assim, finalmente, aquelas tiveram de nomear síndicos para outorgar seu consentimento às doações em um ato público que teve lugar na cidade de Valência, segundo narram os depoimentos do mencionado processo judicial. Neste ato, Afonso o Benigno assentiu até três vezes e, assim que a concessão entrou em vigor, a rainha Leonor teria começado a queixar-se da enorme doação que recebia:

Tenín lo senyor rey lo Avangèlister ubert, e la creu sobre aquell, stech dit públicament e alta: ‘Present la dita senyora reyna, et dona Sancha, et Lope Péreç, degà de la ciutat de València, e d’altres de part de la senyora reyna, et molts d’altres en gran multitud, senyor, manats vós que consintam estes donacions?’ Lo qual dit senyor rey respós que ‘Och’.

Ítem, declaren que altra vegada encontinent stech replicat: ‘E, donchs, senyor, axí u manats?’ Lo qual senyor rey respós que ‘Och’.

Ítem, declaren que terça vegada stech dit: ‘E, donchs, senyor, axí de tot en tot o volets?’ Lo qual dit senyor rey respós que ‘Och’. E, adonchs, encontinent estech dit: ‘Donchs, senyor, per força dels vostres manaments e per temor de la vostra ira e indignació, haurem-ho a fer. Et sien d’açò testimonis aquests prelats, ríchs hòmens, cavallers e altres que ací són’.

Ítem, declaren que, reebén enaxí lo dit senyor rey lo sacrament, encontinent començà la dita senyora reyna haver mala fe sobre les dites donacions. Et aquí stech dit per part sua: ‘Esto no vale nada, que bien es por [... ..] o más’, o semblants paraules.<sup>13</sup>

Tendo o senhor rei o Evangelho aberto, e a cruz sobre aquele, foi dito publicamente e em voz alta: “Presente a dita senhora rainha, e dona Sancha, e Lope Péreç, deão da cidade de Valência, e outros de parte da senhora rainha, e muitos outros em grande multidão, senhor, ¿mandais que consintamos estas doações? O dito senhor rei respondeu que “Sim”.

Ítem, declaram que outra vez em seguida foi replicado: “E, então, senhor, ¿assim o mandais? O dito senhor rei respondeu que “Sim”.

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, f. 62v (2-I-1337).

Ítem, declaram que por terceira vez foi dito: “E, então, senhor, ¿assim o quereis completamente?” O dito senhor rei respondeu que “Sim”. E, então, foi dito em seguida: ‘Pois, senhor, pela força de vossos mandados e por temor de vossa ira e indignação, fá-lo-emos. E sejam testemunhos disto estes prelados, nobres, cavaleiros e outros que aqui estão’.

Ítem, declaram que, tendo recebido assim o juramento o dito senhor rei, a dita senhora rainha começou em seguida a ter má fé sobre as ditas doações. E aqui foi dito por sua parte: ‘Isto não vale nada, que bem é por [... ...] ou mais’, ou palavras parecidas.

Definitivamente, segundo os registros documentais contidos na série da chancelaria real *In favorem regine Eleonoris*, em 21 de julho de 1329 os síndicos de Morella, Xàtiva, Morvedre, Alzira e Castelló de la Plana juraram à rainha como nova senhora em substituição ao próprio monarca. Assim, as vilas não foram concedidas ao infante Fernando e isso originou imediatamente a revolta dirigida por Francesc de Vinatea, como afirma a crônica de Pedro IV, mas sim a doação foi realizada à sua mãe muito antes e, apesar do enfrentamento que provocou então, as vilas acabaram aceitando a concessão.

De fato, Fernando nasceu algum tempo depois, no último mês de 1329, e então recebeu outra doação independente, ou seja, a das cidades de Tortosa e Albarracín e os lugares valencianos de Orihuela, Alicante, Guardamar, Elda, Novelda, La Mola, Callosa, Asp e Monfort.<sup>14</sup> Porém, nessa ocasião também não se organizou nenhuma rebelião, pois esta foi bastante posterior. No entanto, como a crônica altera a sucessão dos acontecimentos, faz parecer como se a ordem fosse a que explica por Zurita e os autores posteriores: uma primeira doação a Fernando, uma segunda à mesma pessoa, o motim imediato de Vinatea e, depois ainda, a perseguição ao infante Pedro e a seus protetores.

Os documentos chancelerescos, ao contrário, indicam outra ordem: primeiro uma doação à rainha Leonor, depois uma ao infante Fernando, posteriormente a perseguição e, finalmente, o episódio de Vinatea. De fato, se extraímos da crônica real esta última questão – o capítulo 48 –, os outros acontecimentos que nela se narram – dos capítulos 43 a 47 e 49 a 53 – podem ser seguidos de forma contínua em total consonância cronológica com o itinerário real e a fontes arquivísticas.<sup>15</sup> Por exemplo, em primeiro lugar, sabemos que depois do nascimento do infante Fernando e da doação de

---

<sup>14</sup> ACA, C, reg. 480, f. 13r-16r (28-XII-1329). o infante tinha nascido apenas umas semanas antes da doação, no dia 11 de dezembro.

<sup>15</sup> Para todos os dados que mencionaremos relativos ao itinerário, vide: MIRET, Joaquim. “Itinerario del rey Alfonso III, IV en Aragón, el conquistador de Cerdeña”, *Boletín de la real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, V-34 (1909), p. 114-123.

Tortosa, Albarracín, Orihuela e outros lugares valencianos, os reis seguiram a rota Tarragona-Barcelona-Teruel, que é justamente a indicada pela crônica para contextualizar as inquisições realizadas pela rainha. Portanto, estas deveram começar aproximadamente a partir de 10 de fevereiro de 1330, quando, após celebrar uma reunião de Cortes no reino de Valência, os monarcas chegaram a Tarragona.

Precisamente então, no dia 18 de fevereiro, começam os livros de contas de Felip de Boil, substituto na tesouraria real de um dos perseguidos, García de Lóriz, que tinha como subtesoureiro a outro deles, Lope de Concud.<sup>16</sup> Em consequência, Lóriz i Concud – com Pérez Zapata – tiveram de fugir de Barcelona antes que Afonso e Leonor chegassem à capital catalã, no mês de março, e refugiaram-se no reino de Aragão junto ao infante Pedro.

Posteriormente, os próprios monarcas se trasladaram a terras aragonesas, onde permaneceram desde o final de junho e às quais, segundo a crônica, tinham convocado os perseguidos, concretamente a Teruel. De acordo com o mesmo texto, não apareceu nenhum deles, com exceção de Lope de Concud, quem pouco antes se havia entrevistado pessoalmente com Afonso o Benigno na aldeia de Codos, na qual, efetivamente, o rei assinou documentos no dia 30 de agosto de 1330.

Desta maneira, apesar dos avisos do rei –“Lope, não pares ali, pois a rainha te persegue, volta” –, Concud foi preso quando os monarcas chegaram a Teruel, isto é, durante a primeira quinzena de outubro. Da mesma forma, exatamente como diz a crônica de Pedro IV, “depois de alguns dias, o dito senhor rei desceu para o reino de Valência”: em concreto, chegou à capital valenciana no dia 23 de outubro e ali residiu durante cinco meses e meio, até 10 de abril de 1331. O julgamento do detido deve ter ocorrido na mesma ocasião. Neste sentido, o texto cronístico afirma que “ali procederam contra o dito Lope e torturaram-no”, o que concorda com uma carta enviada à rainha no início de fevereiro de 1331, informando sobre a revista da casa de Concud em Teruel, onde não tinham sido encontradas as “malvadas imagens” que ele

---

<sup>16</sup> Naquela data começam os livros de tesouraria de seu substituto, o tesoureiro Felip de Boil. Os livros de tesouraria conservados do último de Pere Marc em novembro de 1327, quando morreu Jaime II, aos de Felip de Boil em fevereiro de 1330: ACA, *Reial Patrimoni*, Mestre Racional, vol. 297 (VII-1327 a XI-1327) e 298 (18-II-1330 a III-1330). No intervalo, fica o exercício de Lóriz, que, segundo a própria crônica, era tesoureiro real e, além disso, de acordo com Zurita, provinha da casa da primeira esposa de Afonso o Benigno, Teresa d’Entença, o que explica sua defesa dos interesses do infante Pedro: ZURITA, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragón*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 1967-1977, livro VII, cap. 5.

supostamente possuía contra Leonor.<sup>17</sup> Apesar disso, a crônica explica que, ainda em Valência, Lope de Concud foi sentenciado à morte, “isto é, que foi arrastado e pendurado, porque se dizia que ele tinha feito feitiçarias contra a dita rainha para que esta não pudesse jamais conceber”.<sup>18</sup>

Portanto, o justicamento deve ter ocorrido entre fevereiro e abril de 1331, justamente no momento em que encontramos a chancelaria do infante Pedro expedindo documentos em Ejea. Como vimos, se tratava da vila do norte de Aragão à qual, segundo a crônica, Miguel Pérez Zapata, Miguel Pérez de Gurrea e García Lóriz levaram o futuro rei para evitar que Afonso o Benigno pudesse apoderar-se dele e levá-lo à corte real.

Neste sentido, os documentos do infante indicam sua presença ali pelo menos entre 21 de março e 18 de abril de 1331; contudo, ele depois se dirigiu ao sul, a Borja, Tarassona e Saragoça, por onde esteve entre o final de abril e o começo de julho. É então, a partir de 11 de julho, que o vemos em Tiermas, ainda mais ao norte de Ejea e a caminho de Jaca, aonde chegou oito dias mais tarde. Ali permaneceu até meados de agosto, e esta, precisamente, deve ser a viagem à qual faz referência o relato de Pedro IV ao explicar que, “depois, subimos às montanhas de Jaca para que, caso o senhor rei, nosso pai, continuasse contra nós ou quisesse fazer-nos alguma outra coisa, passássemos então para o reino de França”.

Finalmente, porém, a mesma crônica explica que o monarca abandonou suas intenções, um evento que deve ter ocorrido ao final daquele verão, pois ao acabar agosto o infante Pedro se afastou da fronteira francesa e voltou a Saragoça, a capital aragonesa, onde, a partir de novembro, residiu ininterruptamente durante mais de meio ano.<sup>19</sup>

Enquanto isso, Afonso o Benigno tinha passado aqueles meses na Catalunha, celebrando entre agosto e setembro de 1331 uma reunião de Cortes em Tortosa. No final de outubro, porém, ao chegar a notícia de que a vila valenciana de Guardamar havia sido saqueada pelos muçulmanos nasridas, o

---

<sup>17</sup> ACA, C, *Cartes reials*, Afonso o Benigno, núm. 1019 (2-II-1331).

<sup>18</sup> Vide alguns dados sobre a figura de Lope de Concud em: NAVARRO, Germán. “Muñoces, Marcillas y otras familias dominantes en la ciudad de Teruel (1435-1500)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 32-1 (2002), p. 723-775; ESTEBAN, León. *Concud, aldea de Teruel*. Valência: León Esteban, 2003, p. 45-59; BERGES, Juan Manuel. *Actividad y estructuras pecuarias en la comunidad de Albarracín (1284-1516)*. Tramacastilla: CECAL, 2009, p. 50, 91 e 734-735.

<sup>19</sup> Seguimos o itinerário que mencionamos através da série *Comune* da chancelaria do infante Pedro: ACA, C, reg. 564, f. 204v-246v; reg. 565, f. 1r-100r.

monarca se trasladou ao reino de Valência, onde teve lugar, finalmente, o episódio de Vinatea. Pelo menos, esta é a data mais plausível considerando o itinerário real e os documentos da chancelaria, delimitados em conjunto pela data *ante quam* de março de 1332 – quando a ama de Leonor de Castela foi expulsa da Coroa. Em primeiro lugar, aos poucos dias de sua chegada a Valência, o rei dirigiu-se a Alzira, onde residiu, no mínimo, durante três dias, de 10 a 12 de novembro. Esta era uma das cinco vilas valencianas que estavam em mãos da rainha desde 1329 e, talvez não por casualidade, apenas uma semana mais tarde Afonso o Benigno – depois de ter voltado à capital – fez ato de presença em outra dessas vilas, Xàtiva, onde esteve entre os dias 17 e 20 de novembro; de volta a Valência, novamente, pernoitou um par de dias em Alzira.

É possível, portanto, que sua ida a aqueles lugares estivesse relacionada com uma nova decisão tomada pelo monarca com respeito à rainha e às vilas: em 26 de novembro, desde a capital, o rei informou aos governantes daqueles dois lugares que, apesar de terem jurado fidelidade à rainha em 21 de julho de 1329, deveriam constituir síndicos para fazê-lo outra vez, pois, mediante uma carta dada em Huesca em 4 de julho de 1331, havia ampliado a doação feita a ela para todas as prerrogativas que pudessem ter os monarcas *ex nostre plenitudine potestatis*, como, segundo o documento, convocar o exército e a cavalgada, nomear notários, dispensar legitimações ou conceder indulgências aos acusados de qualquer crime. E, um dia depois, transmitiu a mesma ordem às outras vilas concedidas à rainha: Morvedre, Castelló de la Plana e Morella.

Assim, convocou para diferentes dias os síndicos que deveriam realizar o juramento: os de Xàtiva e Alzira foram convocados para o dia 30 de novembro, os de Morvedre para três dias depois de receber a missiva (possivelmente o mesmo dia 30 ou 1º de dezembro), os de Castelló para quatro dias depois do recebimento da carta (em torno do dia 2 de dezembro) e os de Morella para seis dias depois (por volta do dia 4 ou 5 de dezembro).<sup>20</sup>

No entanto, as vilas, que, como vimos, já tinham oferecido resistência à doação inicial, deveram opor-se ao mandamento real. Consequentemente, em 19 de dezembro de 1331, Afonso o Benigno voltou à carga, enviando, com credenciais, quatro de seus conselheiros às três vilas mais próximas a Valência: o vice-chanceler Jaume Calvet e Bernat de Boixadors a Morvedre, e o arqui-diácono Pere d'Esplugues e o jurista Guillem de Jàfer a Alzira e Xàtiva.

---

<sup>20</sup> ACA, C, reg. 549, f. 57r-58r (26 e 27-XI-1331).

Desta forma, o rei comunicou aos dirigentes daqueles municípios que os enviados lhes falariam sobre o novo juramento à rainha Leonor e que, caso desobedecessem às suas ordens, isso lhe causaria um grande desprazer<sup>21</sup>. É bem possível que esses fossem os mensageiros reais os quais, segundo a crônica de Pedro IV, havia alguns “que queriam lapidar”. Em qualquer caso, não podemos sabê-lo ao certo, e já não voltamos a encontrar notícias diretas sobre o juramento à rainha durante o tempo em que o monarca permaneceu em Valência, ou seja, até 27 de janeiro de 1332.

Contudo, levando em consideração o teor da carta credencial que acabamos de ver e que muito pouco depois Sancha de Velasco foi expulsa a Castela, pensamos que justo naquele período, de 19 de dezembro a 27 de janeiro, deve ser situado o episódio de Vinatea. De fato, o novo juramento à rainha Leonor não deve ter sido realizado nunca, já que, como assinalaram as testemunhas do processo judicial conduzido posteriormente, aquela não possuiu nunca o direito de convocar a hoste e a cavalgada, que, precisamente, era uma das potestades que o rei queria conceder-lhe então.<sup>22</sup>

Por outro lado, há dois dados mais que parecem reforçar a hipótese exposta, já que indicam a importância que havia alcançado Vinatea dentro do Conselho municipal de Valência naqueles momentos. Em primeiro lugar, graças à assinatura dos capítulos de uma armada de 20 galeras contra os genoveses que o estamento real valenciano concedeu ao rei em 26 de janeiro de 1332<sup>23</sup>, sabemos que Francesc de Vinatea era jurado da capital durante aquele ano, um dado que se desconhecia até agora, pois, como dissemos, falta o manual de conselhos de então. E, em segundo lugar, no dia 11 de janeiro de 1332, o próprio Vinatea foi comissionado pelo rei para expor uma determinada questão – *quendam* – na vila de Morella da parte do monarca e da cidade de Valência; portanto, rogava aos morellanos que se ativessem ao conteúdo de suas palavras.<sup>24</sup> Neste sentido, é provável que o encargo real estivesse relacionado com a esquadra mencionada, já que precisamente durante aqueles mesmos dias, em 13 de janeiro, o rei escreveu a Jaime III de Maiorca para informar-lhe que havia conseguido o consentimento da cidade de Valência para armar 20 galeras.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> *Ibid.*, f. 59v (19-XII-1331).

<sup>22</sup> ACA, C, *Varia*, Legislação, Caixa 6, núm. 9, f. 61r (2-I-1337).

<sup>23</sup> ACA, C, reg. 537, f. 71v-72r (26-I-1332).

<sup>24</sup> ACA, C, reg. 535, f. 138v (11-I-1332).

<sup>25</sup> ACA, C, reg. 537, f. 64v-66v (13-I-1332).



Assim, acreditamos que seja possível afinar ainda mais a datação dos eventos de Vinatea, pois, posto que naqueles momentos havia sido obtida a aprovação de Valência para a armada, parece razoável pensar que já haviam sido impostas certas condições ao monarca, e que este as havia aceitado.<sup>26</sup> Portanto, o envio de Vinatea a Morella – onde havia nascido – teria ocorrido posteriormente ao episódio narrado na crônica de Pedro IV, o qual, por conseguinte, teria tido lugar entre 19 de dezembro de 1331 e 10 de janeiro de 1332.

Por este motivo, deve ser alterada a data que se acreditava correta até o momento, que havia sido fixada na segunda metade de 1332 ou em 1333, como reflete o pedestal da estátua que se encontra atualmente em Valência. Desta maneira, situado cronologicamente o enfrentamento, deter-nos-emos um momento em analisar os argumentos que Pedro IV colocou na boca de Francesc de Vinatea, em nome de toda a cidade de Valência:

Molt se meravellava del senyor rei, nostre pare, e així mateix de tot son Consell, que aitals donacions faés ne consentís com havia, car allò no volia altre dir sinó tolre los privilegis e separar lo regne de València de la Corona d'Aragó, car, separats les viles e lochs tan apropiats com aquells eren de la ciutat de València, València no seria res, per què ells no consentien en les dites donacions, ans hi contradirien.

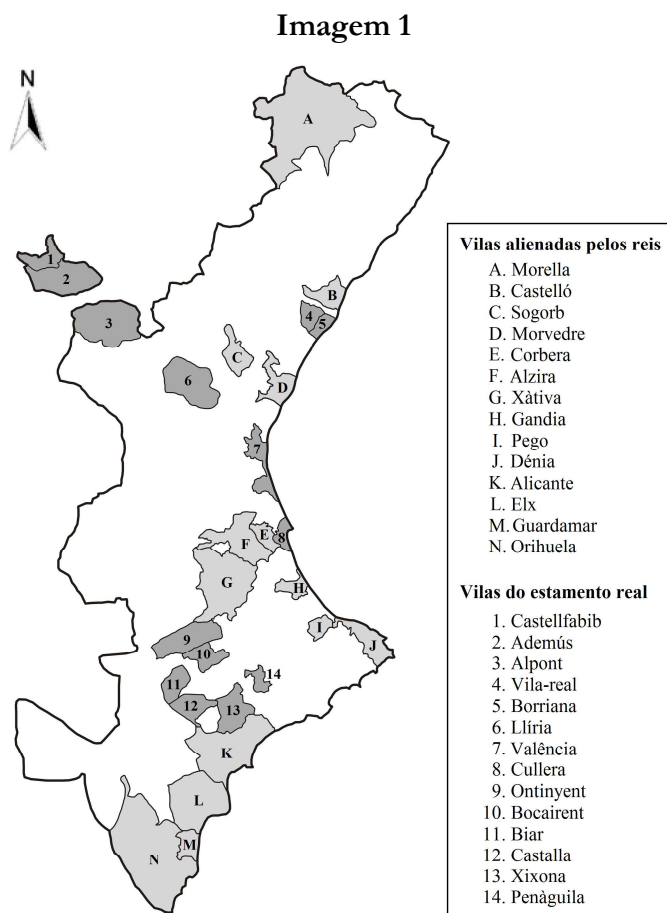
Muito se surpreendia do senhor rei, nosso pai, e também de todo seu Conselho, que tais doações fizesse e consentisse, pois aquilo não queria dizer outra coisa que tirar os privilégios e separar o reino de Valência da Coroa de Aragão, já que, se fossem separadas as vilas e lugares tão próximos como aqueles eram da cidade de Valência, esta não seria nada, motivo pelo qual eles não consentiam ditas doações, mas sim se opunham a elas.

Em conjunto, portanto, as razões apresentadas se cimentavam em dois fatores estreitamente relacionados: por um lado, a violação de um privilégio concedido em 1319, segundo o qual os monarcas não deveriam alienar o patrimônio real, e, por outro lado, a perda de poder do estamento real valenciano, que ficaria seriamente enfraquecido se cinco das vilas mais importantes lhe fossem desmembradas. Neste sentido, o interesse dos

---

<sup>26</sup> Por outro lado, sabemos que o pedido de armamento das galeras deve ter ocorrido a partir do final de dezembro de 1331, uma vez que, por volta daqueles dias, os conselheiros de Barcelona escreveram ao rei para pedir-lhe que participasse da defesa contra os genoveses, pagando de seu próprio pecúlio certas galeras e fazendo participar da empresa outros povoados marítimos da Coroa, como os valencianos: MUTGÉ, Josefina. “La contribució de València a la guerra catalanogenovesa de 1330 a 1335”, a *XVIII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó*, València, 2005, vol. I, p. 312-313.

dirigentes da capital era bem evidente: seu âmbito de poder, ou seja, a parte do reino sobre a qual exerciam influência e controle, estava constituído pelos núcleos reais, e, sem os principais destes, “Valência não seria nada”. De fato, apesar da concessão daquele privilégio de 1319<sup>27</sup>, tanto Jaime II como Afonso o Benigno tinham continuado cedendo núcleos reais, como se pode observar na *Imagem 1*: Gandia, Dénia e Pego haviam passado às mãos do conde de Ribagorça; Orihuela, Alicante e Guardamar ao infante Fernando; Elx ao infante Ramon Berenguer; Corbera ao infante João; e Sogorb a Lope de Luna. Um total de nove vilas, às quais se somaram as cinco maiores em 1329: Morella, Xàtiva, Morvedre, Alzira e Castelló. Dada esta situação, em apenas uma década, a cidade de Valência havia passado de liderar um conjunto de 27 vilas a apenas 13, as quais, além disso, eram as de menor importância.



### **Alienações do patrimônio real de 1319 a 1329 no reino de Valência.**

Fonte: elaboração própria.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> ALANYÀ, Lluís (ed.), *Aureum Opus regalium privilegiorum civitatis et regni Valentie*. Valência: Dídac de Gumiel, 1515, “Iacobi Secundi”, CIII (14-XII-1319).

<sup>28</sup> Agradeço ao historiador Ferran Esquilache por sua inestimável colaboração na parte gráfica do mapa.

Parece lógico, portanto, que, depois daquela evolução, os cidadãos de Valência aproveitassem a resistência oferecida pelas vilas da rainha à ampliação de suas competências, com o objetivo de evitar um afastamento definitivo do estamento real. Assim, longe da interpretação romântica, é necessário destacar que Francesc de Vinatea e os habitantes da capital defendiam simplesmente seus próprios interesses e os do estamento real. Por outro lado, no que diz respeito à conclusão daquele episódio, deve ser feita outra observação: segundo a crônica de Pedro IV, que expõe os acontecimentos como se as vilas houvessem sido concedidas ao infante Fernando, a doação teria sido revogada depois das palavras de Vinatea.

No entanto, como demonstramos, as vilas haviam sido outorgadas à rainha, quem, além do mais, continuou sendo sua senhora, pelo menos até a ascensão ao trono do rei Pedro IV em 1336.<sup>29</sup> Portanto, o protesto de Vinatea não gerou a restituição das vilas valencianas ao patrimônio real e a revogação deveu limitar-se à ampliação das competências da rainha para que alcançasse a *plenitudo potestatis*.

Neste contexto, além deste cancelamento, parece que a principal consequência da posição de força assumida pela cidade de Valência foi outra, que, pelo menos por seu imediatismo cronológico, parece estar diretamente relacionada. Referimo-nos à expulsão da corte e da Coroa de Aragão de Sancha de Velasco, fixada pela crônica no momento em que Afonso o Benigno e o infante João se reuniram em um concílio eclesiástico em Tarragona, isto é, entre os dias 7 de fevereiro e 10 de março de 1332, segundo o itinerário real.

Neste sentido, com efeito, a ordem deve ter sido dada aproximadamente naquele intervalo de tempo, considerando-se a carta enviada por Afonso XI de Castela no final do mês de março, na qual se queixava ao seu homônimo

---

<sup>29</sup> As doações foram confirmadas no testamento de Afonso o Benigno, de 1333, e o pertencimento das vilas a Leonor até 1336 é indicado em muitos outros documentos que tratam dos bailios da rainha ou que fazem referência explícita à sua posse senhorial. Com relação ao testamento, vide: ACA, C, reg. 1525, f. 1r-7r (25-VIII-1333), transcrito por UDINA, Antoni. *Els testaments dels comtes de Barcelona i dels reis de la Corona d'Aragó: de Guifre Borrell a Joan II*. Barcelona: Fundació Noguera, 2001, doc. 34. Quanto aos documentos que confirmam a posse da rainha: ACA, C, reg. 576, f. 6rv (17-XII-1333); reg. 543, f. 264r (3-VI-1335). Finalmente, entre 1336 e 1337, foi conduzido um processo judicial contra Leonor para revogar legalmente aquelas doações, e em 1339 chegou-se a um acordo definitivo: FERRER, Maria Teresa. "Causes i antecedents de la guerra dels dos Peres", *Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura*, 63 (1987), p. 445-508.

por ter desterrado a “dona Sancha”.<sup>30</sup> A resposta do Benigno, remetida três semanas mais tarde, fundamentava a decisão no ódio que aquela havia provocado e, ao mesmo tempo, constatava que havia sido uma solução necessária para conseguir o auxílio de seus súditos:

Entendimos que [la expulsión de Sancha] era pro de Nos e de la reyna, muger nuestra muy cara, por muytas razones, e specialmiente porque nuestros súbditos havían en odio a dona Sanxa, ama de la dicha reyna, por la qual razón dellos no podíamos haver aquell servicio que convenía a Nos; maguer Nos entendamos que la dicha dona Sanxa no fiziere sino aquello que allá cumplía, havémosla a embiar en Castiella.<sup>31</sup>

Entendemos que [a expulsão de Sancha] era favorável a Nós e à rainha, nossa mulher muito cara, por muitas razões, e especialmente porque nossos súditos odiavam dona Sanxa, ama da dita rainha, e por esta razão Nós não podíamos obter deles aquele serviço que nos convinha; embora Nós entendamos que a dita dona Sanxa não fez senão aquilo que lhe cabia, tivemos de enviá-la a Castela.

Em qualquer caso, o rei certificou sua vontade de guardar a honra da rainha “agora mais que nunca”, tanto no “feito de suas doações e do infante dom Fernando, nosso filho, e das homenagens, como em outras coisas”. Assim, como dissemos, as doações realizadas originalmente a ambos continuaram sendo válidas, mas, ao mesmo tempo, o ritmo acelerado de concessões mantido até então decaiu completamente.

Por exemplo, a partir desse momento, o registro chanceleresco aberto a favor da rainha contém somente determinadas graças outorgadas para a baronia de Fraga, que havia comprado para o próprio Fernando, enquanto que o registro deste último é encerrado bruscamente a meados de março de 1332.<sup>32</sup> Não parece casualidade, portanto, que precisamente naquele momento fosse recortada a influência da rainha mediante a expulsão de Sancha de Velasco e também, segundo narra a crônica, com uma alteração de membros do Conselho real: foram “expulsos por isso alguns que intervieram nos maus assuntos passados”.

---

<sup>30</sup> ACA, C, *Cartes reials*, Afonso o Benigno, núm. 1874 (29-III-1332), MOXÓ, Francisco de. “La relación epistolar entre Alfonso XI y Alfonso IV en el Archivo de la Corona de Aragón”, *En la España medieval*, 3 (1982), p. 173-196, doc. 83.

<sup>31</sup> ACA, C, reg. 562, f. 234rv (20-IV-1332).

<sup>32</sup> ACA, C, reg. 549, f. 60v-92r (18-II-1332 a 19-II-1335); reg. 551, f. 48v-49v (16 e 17-III-1332).

Em conjunto, pois, assim finalizou a etapa em que a rainha Leonor exerceu um poder maior dentro da corte real, com o apoio de uma facção pró-castelhana e do próprio monarca. Concretamente, aquele período se estendeu durante três anos, desde o seu casamento em fevereiro de 1329 até o episódio de Vinatea e a posterior rejeição da ama da rainha, por volta de fevereiro o março de 1332. Desta maneira, pudemos determinar pela primeira vez a extensão daquele período e a sucessão cronológica dos acontecimentos que nele ocorreram, desconhecidas até o momento devido ao que foi exposto por Pedro IV em sua própria crônica.

#### **IV. A interpretação da manipulação cronística**

Falta-nos uma última coisa por analisar: as causas que levaram o rei a escolher aquele relato concreto, tergiversando acontecimentos que devia conhecer perfeitamente, já que, não em vão, ele mesmo tinha sido seu protagonista. De fato, o monarca também escondeu o processo judicial que foi conduzido posteriormente contra Leonor de Castela para revogar as doações, de maneira que uma coisa fica bem clara: seu interesse em atribuir ao infante Fernando, antes que à rainha, o papel principal na revolta das vilas valencianas parece completamente deliberado.

Com relação a isso, as razões para agir desta maneira também parecem bastante evidentes, considerando a relação de Pedro o Cerimonioso com o próprio Fernando, a quem mandou assassinar em julho de 1363 no contexto de uma guerra entre Castela e Aragão. Isso, segundo Jerónimo Zurita, provocou a indignação dos principais barões da Coroa, que consideravam o infante como um bom líder:

El infante era muy buen príncipe y de gran valor, y tenía muy principal estado en estos reinos; y muchos caballeros, así aragoneses como catalanes y castellanos, le servían y seguían en la guerra, y era comúnmente amado de todos.

O infante era um príncipe muito bom e de grande valor, e tinha um status muito elevado nestes reinos; e muitos cavaleiros, tanto aragoneses como catalães e castelhanos, serviam-no e seguiam-no na guerra, e era igualmente amado por todos.

Em consequência, um assunto “tão grave e inopinado” provocou “grande infâmia contra a pessoa do rei”, que teve de fazer pública uma carta na qual alegava os diversos motivos pelos quais teve de proceder daquela maneira. Contudo, ainda segundo Zurita, “estas eram suas justificativas, mas o povo

não podia ser tão facilmente persuadido”.<sup>33</sup> Portanto, parece óbvio que outra das formas que Pedro o Cerimonioso tentou utilizar para justificar o assassinato foi a construção na crônica de uma imagem negativa do infante, prejudicial aos seus súditos. Assim, por exemplo, logo após narrar sua morte, detém-se em explicar a volta de Tortosa ao patrimônio real, indicando que a alegria dos tortosinos foi imensa, já que seu traspasso à senhoria do infante havia causado grande tristeza<sup>34</sup>. Definitivamente, esta parece ser a razão pela qual o infante Fernando – e não a rainha Leonor – é apresentado como o destinatário da doação das principais vilas valencianas, de maneira que sua figura aparece como o causador último da rebelião liderada por Francesc de Vinatea.

De fato, na versão exposta por Eiximenis, que reflete uma clara vontade de servir o monarca reinante no momento de sua redação – Pedro IV –, o papel do infante Fernando é ainda pior, considerando que supostamente Afonso o Benigno teria pretendido fazer-lhe prestar juramento como sucessor real, infringindo o juramento já realizado ao primogênito Pedro. Em consonância com este fato, as palavras de Vinatea ao rei, segundo Eiximenis, não se refeririam aos privilégios ou aos interesses do estamento real valenciano, mas sim, diretamente, à fidelidade do povo de Valência à pessoa do futuro monarca:

Ha jurat en rei l'infant Pere, fill vostre, e aquell vol haver per jurat, e altre no en jurarà aquell vivent, per servir llealtat a Déu e a la vostra Corona, ans vol morir per mantenir-lo, e el defendrà tostemps mentre que viu sia, fins a la mort, e l'haurà per senyor e per rei tostemps après vós.<sup>35</sup>

Jurou como rei o infante Pedro, vosso filho, e quer tê-lo como jurado, e outro não jurará enquanto ele viver, para guardar lealdade a Deus e à vossa Coroa, antes quer morrer para mantê-lo, e o defenderá sempre enquanto estiver vivo, até a morte, e o terá por senhor e rei sempre depois de vós.

Portanto, tanto a narrativa de Eiximenis como a de Pedro IV culpam em primeiro lugar o infante Fernando como figura imprescindível que teria

---

<sup>33</sup> ZURITA, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragón*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 1967-1977, livro VIII, capítulo 47.

<sup>34</sup> SOLDEVILA, Ferran. “Crônica de Pere el Cerimoniós”, *Les quatre grans cròniques*. Barcelona: Selecta, 1971, livro VI, capítulo 7. É necessário lembrar que, segundo Ramon Gubern, a crônica foi escrita possivelmente entre 1375 e 1383, bastante afastada do episódio de Vinatea, mas não tanto do assassinato do infante Fernando: GUBERN, Ramon. “Notes sobre la redacció de la crònica de Pere el Cerimoniós”, *Estudis Romànics*, 2 (1949-1950), p. 135-148.

<sup>35</sup> EIXIMENIS, Francesc. *Contes i faules*. Barcelona: Barcino, 1980, p. 47.

originado a rebelião valenciana. Porém, agora sabemos que isso não foi assim e que, segundo todos os indícios, a crônica real provavelmente alterou de forma intencional o relato dos acontecimentos para escusar seu posterior assassinato, seriamente questionado na época. Não em vão, o estratagema funcionou e, até a atualidade, os fatos vinham sendo expostos pela historiografia seguindo aquela descrição manipulada.<sup>36</sup> Este, pois, é um bom exemplo de que a hermenêutica das fontes literárias medievais requer necessariamente uma estrita confrontação arquivística e documental, sempre que esta seja possível.

\*\*\*

## Fontes

- ALANYÀ, Lluís (ed.), *Aureum Opus regalium privilegiorum civitatis et regni Valentie*. València: Dídac de Gumiel, 1515.
- EIXIMENIS, Francesc. *Contes i faules*. Barcelona: Barcino, 1980.
- MOXÓ, Francisco de. “La relación epistolar entre Alfonso XI y Alfonso IV en el Archivo de la Corona de Aragón”, *En la España medieval*, 3 (1982), p. 173-196.
- SOLDEVILA, Ferran. “Crònica de Pere el Cerimoniós”, *Les quatre grans cròniques*. Barcelona: Selecta, 1971.
- UDINA, Antoni. *Els testaments dels comtes de Barcelona i dels reis de la Corona d’Aragó: de Guifre Borrell a Joan II*. Barcelona: Fundació Noguera, 2001, doc. 34.
- ZURITA, Jerónimo. *Anales de la Corona de Aragón*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 1967-1977.

## Bibliografia

- BERGES, Juan Manuel. *Actividad y estructuras pecuarias en la comunidad de Albarracín (1284-1516)*. Tramacastilla: CECAL, 2009.
- CARRERES, Salvador. *Vinatea. Conferència pronunciada pel senyor Salvador Carreres Zacarés el dia 8 d’octubre del 1933 al Saló d’Actes de l’Ajuntament de València*. València: Acció, 1936.
- ESTEBAN, León. *Concud, aldea de Teruel*. València: León Esteban, 2003.
- FERRANDIS, Mariví e MORENO, Juli. *Francesc de Vinatea*. València: Ajuntament de València, 1993.
- FERRER, Maria Teresa. “Causes i antecedents de la guerra dels dos Peres”, *Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura*, 63 (1987), p. 445-508.
- FURIÓ, Antoni e GARCIA-OLIVER, Ferran. “Entre la península i el Mediterrani (1305-1408)”, em E. Belenguier (dir.), *Història de la Corona d’Aragó*. Barcelona: Edicions 62, 2007.

---

<sup>36</sup> Resulta sintomático que, recentemente, Maria Teresa FERRER tenha seguido ao pé da letra o conteúdo da crônica real e utilize o título “Els infants Ferran i Joan, obstacle per a l’harmonia entre ambdós regnes” para uma das seções de seu artigo “Causes i antecedents de la guerra dels dos Peres”, *Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura*, 63 (1987), p. 445-508.

- GUBERN, Ramon. “Notes sobre la redacció de la crònica de Pere el Cerimoniós”, *Estudis Romànics*, 2 (1949-1950), p. 135-148.
- MILIÁN, Manuel. “Francesc de Vinatea, l’heroi defensor dels furs del reialme de València”, *Boletín de amigos de Morella y su comarca*, 5 (1979-1982), p. 70-73.
- MIRET, Joaquim. “Itinerario del rey Alfonso III, IV en Aragón, el conquistador de Cerdeña”, *Boletín de la real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, V-34 (1909), p. 114-123.
- MUTGÉ, Josefina. “La contribució de València a la guerra catalanogovesa de 1330 a 1335”, em *XVIII Congrés d’Història de la Corona d’Aragó*, València, 2005, vol. I, p. 309-326.
- PERALES, Juan Bautista. *Décadas de la historia de la insigne y coronada ciudad y reino de Valencia*. València: Terraza, Aliena y compañía, 1878-1880.
- NAVARRO, Germán. “Muñoces, Marcillas y otras familias dominantes en la ciudad de Teruel (1435-1500)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 32-1 (2002), p. 723-775.
- RENEDO, Francesc Xavier. “Francesc de Vinatea, el ciutadà ideal segons el ‘Dotzè del Crestià’ de Francesc Eiximenis”, em F. Sabaté (ed.), *Utopies i alternatives de vida a l’Edat Mitjana*. Lérida: Pagès, 2009, p. 215-252.
- VICIANO, Pau. “Entre l’erudició històrica i el pamflet polític: La figura de Francesc de Vinatea en la societat valenciana”, *Revista d’Història Medieval*, 4 (1993) p. 263-274.